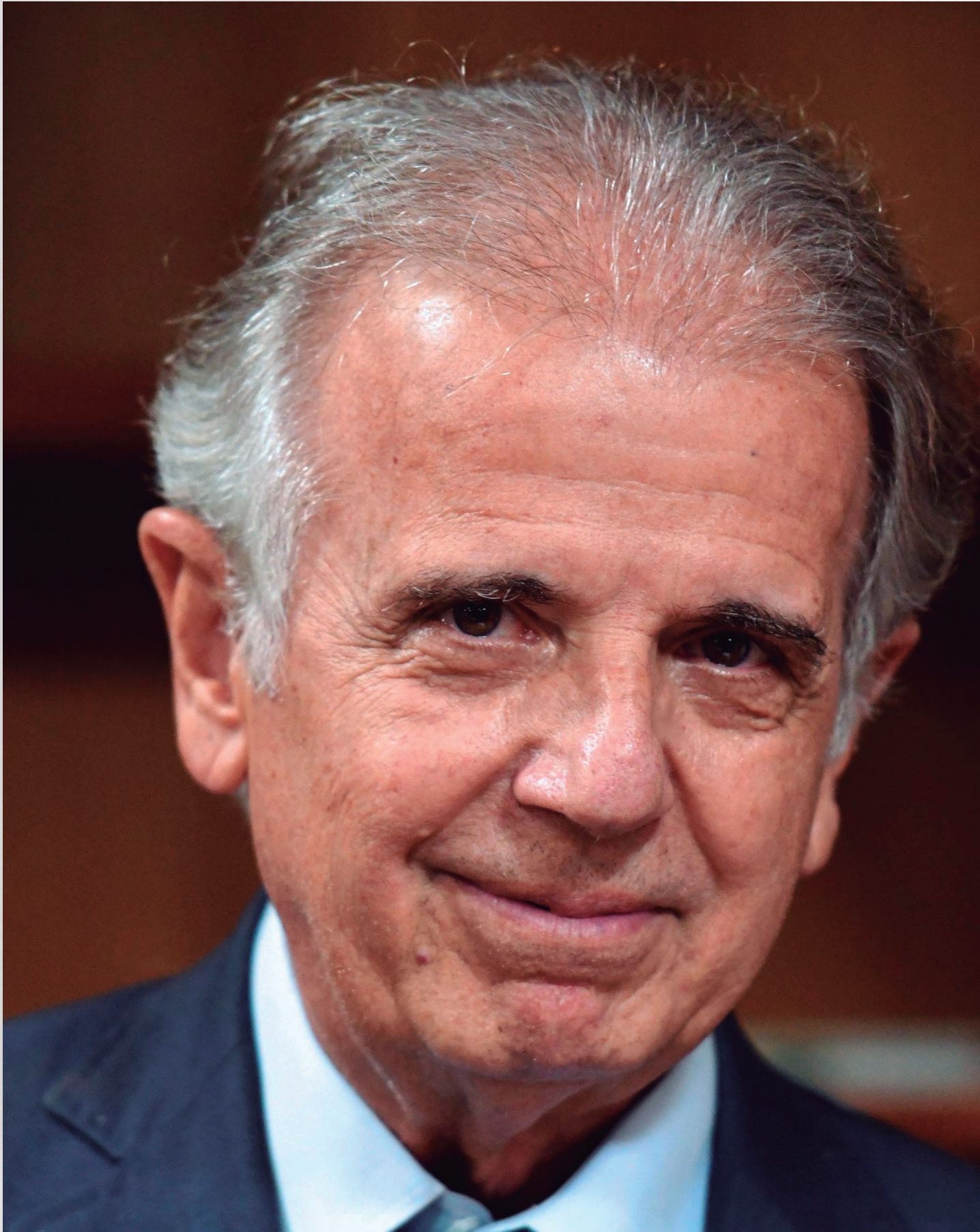


II CONGRESSO NACIONAL DE  
**GESTÃO PÚBLICA**



Desafios: Despesa Pessoal, Arrecadação  
Fiscal, Transformação Digital, Inclusão e  
Diversidade

2024



# José Mucio Monteiro Filho

## Ministro de Estado da Defesa

Nascido sob o céu estrelado de 25 de setembro de 1948, na encantadora cidade de Recife, no coração de Pernambuco, José Mucio Monteiro Filho é fruto do amor e da sabedoria de seus pais, José Mucio Monteiro e Maria Cristina Azevedo de Queiroz Monteiro. Sua Excelência, uma figura de imponente trajetória, tem sido um farol de luz na salvaguarda da soberania de nossa nação, tecendo com maestria os fios da paz e da segurança nacional.

Neste congresso, é com profunda reverência e admiração que nos curvamos diante das inestimáveis contribuições do Ministro José Mucio Monteiro Filho. Seu legado, um verdadeiro mosaico de dedicação e sabedoria, tem sido fundamental para o fortalecimento das Forças Armadas e para o florescimento do Estado, tornando-se um capítulo dourado na história de nosso país.

# Bem-vindos



Introdução

# II Congresso de Gestão Pública

A administração pública moderna enfrenta um panorama desafiador, marcado por complexidades crescentes em sua gestão.

Um dos principais desafios é pensar em modelos de gestão pública focados em resultados e voltados para o bom atendimento ao cidadão.

Com o tema "Regulação, Tributação e Desenvolvimento na Administração Pública Contemporânea", busca-se apresentar as mais recentes discussões, aplicações e tendências de instrumentos de modernização da Administração Pública. Além de explorar temas sensíveis como as políticas de enfrentamento ao aumento de gasto público, em especial as despesas com gasto de pessoal, a gestão mais eficiente da receita pública, especialmente em tempos de reforma tributária, temas regulatórios relacionados à competitividade da economia brasileira foram inseridos em suas conexões com o governo digital, ciência de dados e inteligência artificial na Administração.

Os órgãos de controle, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas, intensificaram a fiscalização sobre a qualidade dos gastos públicos, exigindo uma gestão financeira pautada pela austeridade e

conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este cenário realça a importância de uma administração pública eficiente e transparente.

Um dos principais desafios enfrentados atualmente é a gestão da despesa de pessoal. Esta questão tem levado diversos Estados e Municípios a comprometerem uma parcela significativa de suas receitas com a folha de pagamento, impactando diretamente na capacidade de investimento e na sustentabilidade financeira a longo prazo. Conforme estudo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI), as despesas com pessoal são o principal desafio fiscal para os Estados.

É fundamental que os gestores públicos estejam comprometidos com a inovação e a eficiência administrativa para melhorar a qualidade de vida da população e garantir a sustentabilidade fiscal dos Estados e Municípios. Este congresso se dedica a discutir essas questões vitais, propondo soluções inovadoras e compartilhando as melhores práticas no campo da administração pública.

Temas desenvolvidos

# O Desafio Regulatório Brasileiro

Há consenso entre administradores públicos, setores da iniciativa privada, literatura especializada e órgãos internacionais sobre a importância de boas práticas regulatórias para o desenvolvimento de nosso país. Apenas para fins de dimensionamento, estima-se que, em 2023, a deficiência do ambiente jurídico-regulatório brasileiro era responsável por quase R\$ 200 bilhões por ano em termos de Custo Brasil.

Mais ainda: o Brasil ainda tateia caminhos para construir um ambiente regulatório estável, previsível e efetivo, o qual alie segurança jurídica à realização prática dos resultados esperados de um modelo regulatório operacional. Seja no combate às indevidas assimetrias regulatórias, seja na busca pela simplificação das obrigações, todos esses são temas que ainda exigem uma reflexão conjunta por parte não apenas de juristas, mas também de gestores públicos, economistas e teóricos da gestão pública.

O desafio, portanto, é encontrar um caminho no qual a regulação efetivamente crie condições competitivas de mercado com segurança jurídica e assegurando as condições para a proteção das pessoas e para o desenvolvimento sustentável.

É nesse contexto que o II Congresso Nacional de Gestão Pública demandará um painel específico para, com a participação de estatísticos, juristas e gestores públicos, discutir especialmente como melhorar a efetividade e a qualidade da regulação no Brasil. Afinal, esse tema tem tudo a ver, inclusive, com questões como tributação e desenvolvimento (vide, por exemplo, a busca principal de simplificação das obrigações, que inspirou a Reforma Tributária).



Diante do aumento significativo nas despesas de pessoal dos Estados, que ameaçam a sustentabilidade fiscal e podem levar a crises econômicas, torna-se imperativo promover uma revisão urgente na legislação dos servidores públicos.

Paralelamente, o aperfeiçoamento da arrecadação de tributos emerge como um pilar fundamental para fortalecer a base fiscal dos Estados.

A partir de 2024, os gestores públicos enfrentarão o imenso desafio de atender a estas crescentes demandas em um contexto de recursos limitados, respeitando as normativas do Direito Administrativo. **A qualidade na gestão de gastos e na arrecadação se torna, portanto, não apenas uma questão de conformidade legal, mas uma necessidade premente para a efetiva prestação de serviços públicos. A necessidade de modernização abrange a convergência de diversos pilares:**

## **Gestão Fiscal e Orçamentária**

A modernização do sistema fiscal deve focar na otimização da coleta de impostos, na redução da evasão fiscal e na implementação de políticas tributárias mais equitativas. A transparência e a simplicidade nos processos de arrecadação são fundamentais para aumentar a eficiência e a confiança do cidadão no sistema fiscal. Tudo isso no contexto de observância da recente Reforma Tributária e dos desafios econômicos causados pela COVID-19, focando em resiliência fiscal e realocação de recursos para áreas críticas.

## **Gestão de Pessoal**

Revisão de políticas de contratação, remuneração e benefícios, bem como o desenvolvimento de um quadro de pessoal que reflita as necessidades reais e a eficiência operacional. A utilização de tecnologias avançadas e a capacitação contínua dos servidores são essenciais para aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.



# 2024 **Desafios e Soluções para os Governos**

## **Inclusão e Diversidade no Setor Público**

Abordar estratégias para promover ambientes de trabalho mais inclusivos e diversos no setor público, refletindo a diversidade da sociedade em órgãos governamentais.

## **Transformação Digital**

Desde a edição da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, é indiscutível os impactos da Transformação Digital no cotidiano das organizações públicas brasileiras. Aspectos como governança, arquitetura tecnológica e serviços digitais são necessários para a transformação digital dos processos governamentais, permitindo o ganho de eficiência e acessibilidade dos serviços públicos.

## **Desafios da Reforma Tributária**

Propostas de reforma tributária em debate decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, seus impactos potenciais na eficiência fiscal e na distribuição de renda, especialmente para Estados e Municípios.

Temas desenvolvidos

# A Urgência de Profissionalismo e Planejamento na Gestão Pública

Para efetivar planos de gestão voltados à melhoria da qualidade de vida da população, é essencial a atuação comprometida dos servidores públicos, tanto comissionados quanto efetivos, que desempenham um papel crucial na qualidade dos serviços ofertados.

No entanto, a realidade atual evidencia que muitos Estados e Municípios operam em um contexto obsoleto de gestão de pessoas e arrecadação fiscal. Entre as deficiências comumente observadas, destacam-se:

**Falta de Métricas Eficazes:** Ausência de indicadores apropriados para avaliar a qualidade dos serviços e da arrecadação fiscal.

**Capacitação Insuficiente dos Servidores:** Formação e preparo dos servidores não atendem adequadamente às demandas e desafios da Administração Pública.

**Desalinhamento do Quadro de Pessoal:** O número de funcionários não está alinhado com as necessidades reais da Administração Pública.

**Sistemas de Informática Defasados:** Tecnologias de informação e comunicação utilizadas são inadequadas para as necessidades atuais.

**Incoerência nas Remunerações:** Discrepância entre as gratificações e as remunerações e os serviços efetivamente prestados.

**Rigidez na Gestão de Pessoas:** Falta de flexibilidade nos modelos de gestão de recursos humanos.

**Crescimento Automático da Folha de Pagamento:** Aumento contínuo e não planejado nos gastos com pessoal.

**Excedendo Limites Fiscais:** Gastos com servidores que se aproximam ou ultrapassam os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A background image showing several hands in business attire (white shirts, striped shirts) reaching towards a central point, suggesting collaboration or a meeting. The image is faded and serves as a backdrop for the text.

II

Diante deste cenário, torna-se imperativo adotar uma abordagem mais estratégica e planejada na administração pública, eliminando espaço para o despreparo e a improvisação. A modernização dos sistemas de gestão de pessoas e fiscal, juntamente com a capacitação contínua dos servidores, é fundamental para garantir a eficácia e a sustentabilidade da gestão pública.

I CONGRESSO NACIONAL DE  
**GESTÃO  
PÚBLICA**

I CONGRESSO NACIONAL  
**GESTÃO PÚBLICA**



ã  
P  
BLICA



Temas desenvolvidos

# A Importância da Modernização na Gestão de Pessoas e na Gestão Fiscal

A necessidade de modernizar a gestão de pessoas e fiscal surge da compreensão de que ambos são fundamentais para uma administração pública eficaz. Políticas públicas bem-sucedidas dependem de um orçamento bem gerenciado e de uma equipe de profissionais dedicados e alinhados com os objetivos propostos. A modernização nessas áreas é essencial para todas as esferas do governo, considerando que as demandas sociais são constantes e os recursos disponíveis, limitados. Portanto, é sempre necessário buscar melhorias contínuas na gestão pública para otimizar a utilização dos recursos. Adicionalmente, aprimorar a gestão de pessoal e os processos de arrecadação fiscal é importante independentemente da orientação política do governo. O processo de modernização deve ser visto como um instrumento para atingir os objetivos estabelecidos pela gestão, resultando em serviços públicos mais eficientes e eficazes.

## **A Modernização da Gestão é Essencial para Todos, além das Orientações Político-Econômicas**

A necessidade de modernização na gestão não é exclusiva de uma determinada orientação político-econômica. Todas as administrações, independentemente de sua linha ideológica, devem buscar aprimorar suas práticas de gestão. Além disso, não é correto presumir que reformas na gestão sejam sempre recebidas negativamente pelo público. É crucial uma abordagem sensível e consciente dos impactos políticos de cada medida proposta, garantindo que as mudanças sejam bem-recebidas e efetivas.

## **Reformas bem Planejadas e Sensatas podem Elevar a Popularidade Do Gestor**

Existem muitos casos onde reformas cuidadosamente planejadas e executadas com sensibilidade levaram a um aumento significativo na popularidade dos gestores. Essas reformas, quando bem estruturadas, podem gerar um impacto positivo na percepção pública. No que diz respeito ao aprimoramento da arrecadação fiscal, é importante buscar formas de aumentar a arrecadação sem necessariamente elevar os impostos. Existem diversas estratégias para melhorar a eficiência na coleta de tributos que podem ser aplicadas nos Estados ou Municípios.

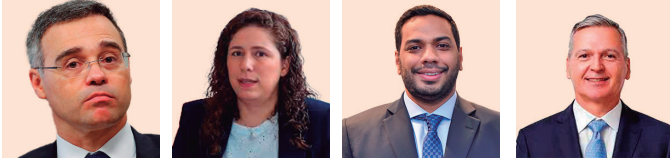
## **Melhorar a Arrecadação sem Aumentar Impostos é Viável**

É possível aumentar a arrecadação fiscal sem a necessidade de elevar os tributos. Contudo, antes de adotar tais medidas, é crucial entender a complexidade da gestão de créditos fiscais no Brasil. De acordo com informações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a dívida ativa da União atingiu R\$ 4.715 trilhões em 2021, como reportado no Relatório Contábil do Tesouro Nacional em 15 de junho de 2022. A expectativa de recuperação desses valores é relativamente baixa, situando-se em torno de 15,77% (equivalente a R\$ 744 bilhões), uma queda em relação aos 16% observados em 2020. Entre 2017 e 2019, a média de recuperação girou em torno de 15%. Essa baixa eficiência na recuperação de créditos fiscais não se restringe à União; Estados e Municípios também enfrentam desafios significativos nessa área. Em média, os Municípios recuperam anualmente cerca de 2% do total devido, enquanto os Estados conseguem aproximadamente 0,61%. A União, por sua vez, tem a expectativa de recuperar cerca de 15,8% do seu estoque de dívida ativa e créditos tributários. Um aspecto notável é que boa parte da dívida recuperada ocorre através de programas de regularização fiscal ou parcelamento de dívidas, como o Refis. Na esfera federal, os programas de Refis foram responsáveis por 47% da dívida recuperada em 2018, enquanto a execução fiscal correspondeu a 25% do total recuperado no mesmo ano.

Convidados

# Conferencistas, Palestrantes, Mediadores e Expositores

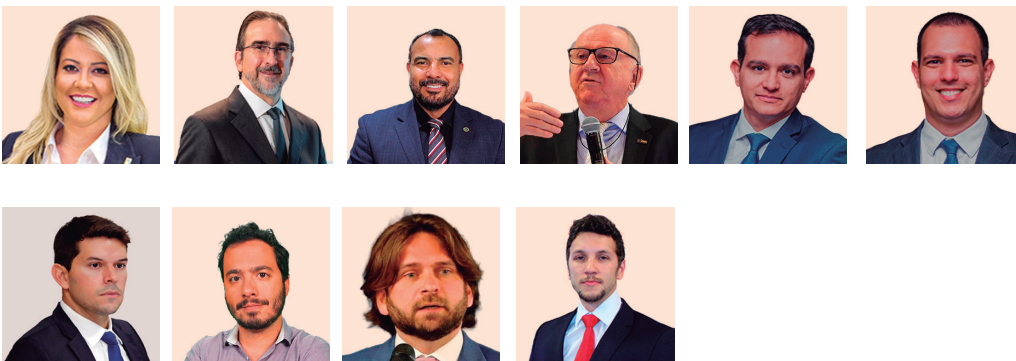
Ministros



Governadores/Deputados/Conselheiros/Prefeitos



Conferencistas /Palestrantes /Mediadores e Expositores





## LISTA EM ORDEM ALFABÉTICA

Alisson Carvalho de Alencar, Dr., Presidente de mesa, Procurador-geral de Contas do ministério público de contas do Estado de Mato Grosso

Ana Paula Andrade de Melo, Dra., Expositora, Secretária Adjunta para Revisão e Consolidação Normativa - Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República

André Mendonça, Ministro, Palestrante, Superior Tribunal Federal

Andréa Ribas, Dra., Mediadora,

Arthur Maia, Deputado Federal, Expositor,

Bernard Appy, Dr., Expositor, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária

Carlos Roberto Massa Júnior, Governador, Palestrante, Carlos Roberto Massa Júnior

Clécio Luís, Governador, Palestrante, Clécio Luís

Douglas Alencar Rodrigues, Ministro, Palestrante, Tribunal Superior do Trabalho

Eduardo Pedrosa, Deputado, Mediador, Distrito Federal

Edvaldo Nogueira, Prefeito de Aracajú, Expositor, Aracaju-SE

Esther Dweck, Ministra de Estado, Palestrante, Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Fábio Dáquilla, Dr., Expositor, Consultor Legislativo do Senado Federal

Fabrizio Marques Santos, Dr., Expositor, Secretário de Planejamento de Pernambuco

Francisco Sérvulo Freire Nogueira, Dr., Expositor, Secretário de Administração do Governo do Estado de Goiás

Ibaneis Rocha, Governador, Palestrante, Distrito Federal

Janaina Riva, Deputada, Mediadora, Estado de Mato Grosso

JHC João Henrique Caldas, Prefeito, Expositor, Maceió-AL

Jhonatan de Jesus, Ministro, Palestrante, Tribunal de Contas das União

João Trindade, Dr., Expositor, Consultor Legislativo do Senado Federal

José Vicente Santini, Dr., Mediador, Governo do Estado de São Paulo em Brasília

Leonardo Reisman, Dr., Expositor, Secretário de Ciência e Tecnologia do GDF

Leonardo Tadeu Bortolini, Prefeito de Primavera do Leste, Expositor, Primavera do Leste e Presidente-MT

Márcio Michel, Conselheiro TC-DF, Presidente de mesa, Tribunal de Contas do Distrito Federal

Mauro Mendes, Governador, Palestrante, Mato Grosso

Rafael Fonteles, Governador, Palestrante, Piauí

Rafael Rodrigues Pessoa de Melo Câmara, Dr., Mediador, Consultor do Senado Federal

Raquel Lyra, Governador, Palestrante, Pernambuco

Ronaldo Caiado, Governador, Palestrante, Goiás

Víctor Marcel, Dr., Expositor, Consultor Legislativo do Senado Federal

(\*) Os palestrantes, mediadores e expositores foram convidados e podem sofrer alterações devido a compromissos de agenda.

## Quinta-feira

8h - Credenciamento

8h30 – Bem-vindos - Coffee Break

9h30 – Cerimônia de Abertura  
Palestra Magna de Abertura: "Novos Horizontes da Seleção de Pessoas"  
Palestrante: Dra. Esther Dweck, Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos  
Homenagem e Fala do Homenageado Ministro de Estado da Defesa, José Mucio Monteiro Filho

10h30 - Mesa de Governadores - "Transformação da Gestão Pública"  
Mediador: Dr. Rafael Rodrigues Pessoa de Melo Câmara  
Governadores convidados:  
Carlos Roberto Massa Júnior  
Clécio Luís  
Ibaneis Rocha  
Mauro Mendes  
Raquel Lyra  
Rafael Fonteles  
Ronaldo Caiado

12h30 - Intervalo para Almoço

14h - Painel 1: "Inteligência Artificial na Administração Pública"

Mediadora: Dra. Andréa Ribas  
Temas: Dilemas éticos, dimensionamento da força de trabalho e limites do uso da IA.  
Expositores:  
Dr. Leonardo Reisman - Secretário de Ciência e Tecnologia do GDF  
Dr. Francisco Sérvulo Freire Nogueira – Secretário de Administração do Governo do Estado de Goiás  
Dr. Victor Marcel – Consultor Legislativo do Senado Federal

15h30 – Intervalo Coffee Break

16h - Painel 2: "Municipalismo na Era Digital"

Temas: Questões atuais do municipalismo e os desafios dos prefeitos na era digital  
Mediadora: Deputada Janaina Riva  
Expositores:  
JHC João Henrique Caldas – Prefeito de Maceió  
Edvaldo Nogueira – Prefeito de Aracaju SE e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)  
Leonardo Tadeu Bortolini – Prefeito de Primavera do Leste e Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMN)

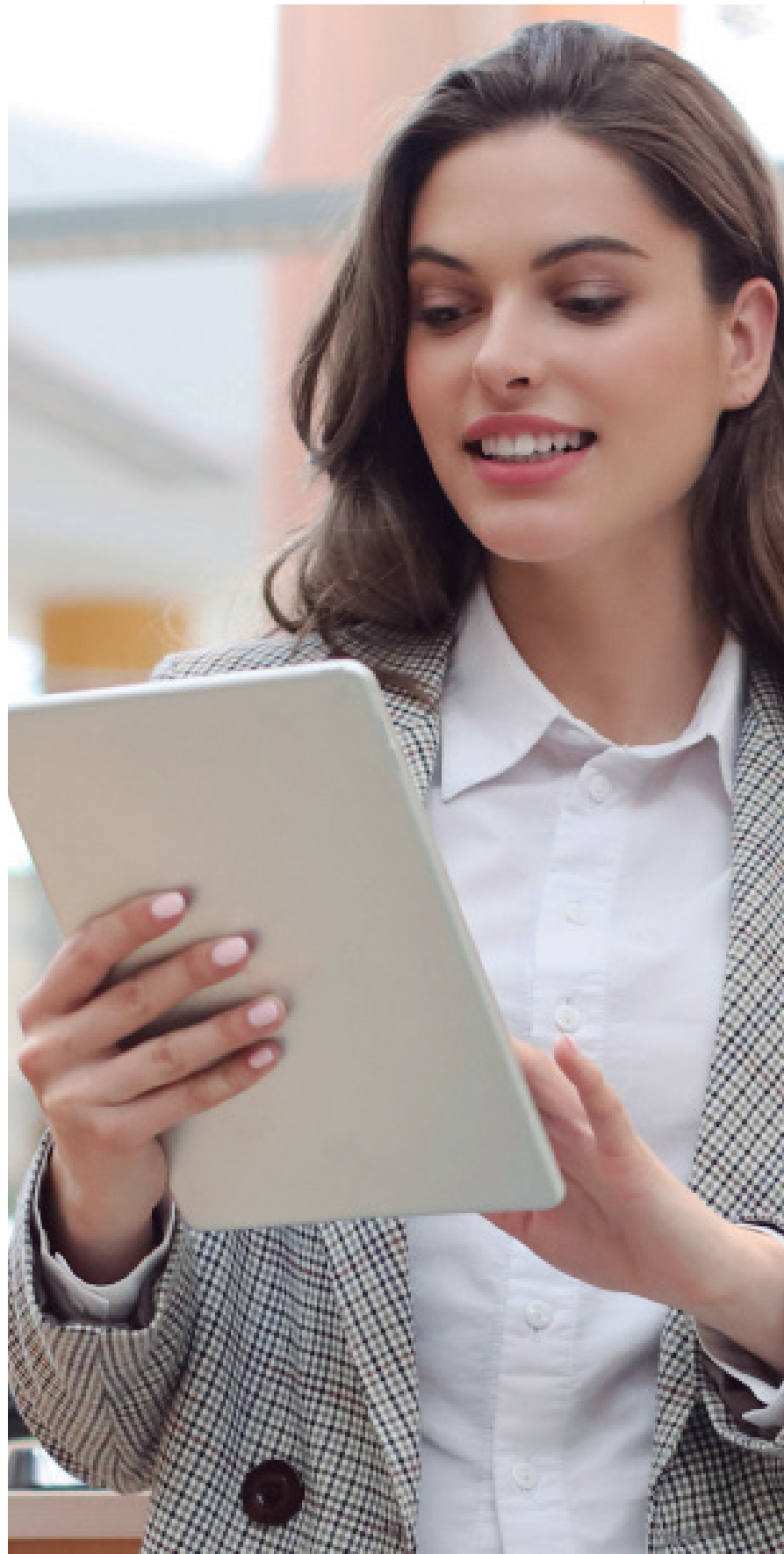
18h - Encerramento

(\* Os palestrantes, mediadores e expositores foram convidados e podem sofrer alterações devido a compromissos de agenda. Os palestrantes, mediadores e expositores foram convidados e podem sofrer alterações devido a compromissos de agenda.

# Conteúdo

## Programático

DINÂMICA:  
Modalidade: Presencial  
Carga horária: 16 horas



Programação - 9 de maio de 2024

## Sexta-feira



8h30 - Credenciamento

9h – Palestra Magna

Presidente de Mesa: Dr. Alisson Carvalho de Alencar Procurador-geral de Contas do ministério público de contas do Estado de Mato Grosso  
Palestrante: Ministro do STF André Mendonça  
Tema: "Qualidade da Gestão Pública"

10h - Intervalo para Coffee Break

10h30 - Painel 3: Reforma

administrativa: o que esperar?  
Temas: Gestão de Pessoas  
Mediador: Deputado Eduardo Pedrosa  
Expositores:  
Deputado Federal Arthur Maia – Relator da reforma administrativa  
Dr. João Trindade – Consultor Legislativo do Senado Federal  
Dr. Fabrício Marques Santos – Secretário de Planejamento de Pernambuco

12h – Intervalo Almoço

14h – Palestra Magna

Presidente de Mesa: Conselheiro Márcio Michel, presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal  
Palestrante: Ministro do TCU Jhonatan de Jesus  
Tema: "O Controle na Administração Pública na Era da Inteligência Artificial"

15h - Intervalo para Coffee Break

15h30 - Painel 4: "Gestão Fiscal 4.0"

Temas: Regulação, melhora do ambiente normativo e arrecadação tributária  
Mediador: Dr. José Vicente Santini – Chefe do Escritório do Governo do Estado de São Paulo em Brasília  
Expositores:  
Dr. Bernard Appy – Secretário Extraordinário da Reforma Tributária  
Dr. Fábio Dáquilla – Consultor Legislativo do Senado Federal  
Dra. Ana Paula Andrade de Melo - Secretária Adjunta para Revisão e Consolidação Normativa - Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República

17h – Palestra Magna de Encerramento:

Presidente de Mesa: Dr. João Trindade  
Ministro Douglas Alencar Rodrigues  
Tema: "Novas Relações de Trabalho e o Setor Público"

18h - Encerramento

(\*) Os palestrantes, mediadores e expositores foram convidados e podem sofrer alterações devido a compromissos de agenda.

# Qual é o público destinatário do Congresso

## **Público em Geral**

O Congresso sobre Gestão Pública foca em explorar soluções inovadoras e estratégias eficazes para aprimorar a administração pública. Este evento é essencial para enfrentar os desafios atuais na gestão de recursos humanos e financeiros, crucial para a sustentabilidade e eficiência dos Estados e Municípios. Será uma oportunidade única para líderes e profissionais compartilharem conhecimentos, experiências e melhores práticas, visando a melhoria contínua dos serviços públicos e a otimização da gestão fiscal e administrativa em diferentes esferas governamentais.

## **Empresas que mantêm negócios com entidades governamentais**

O Congresso sobre Gestão Pública representa uma plataforma essencial para empresários envolvidos em negociações com entidades governamentais. Este encontro proporcionará uma compreensão aprofundada sobre as políticas e práticas emergentes na administração pública, um conhecimento crucial para aqueles que mantêm relações comerciais com o setor público. A participação nesse evento oferece uma visão abrangente dos processos administrativos governamentais, além de facilitar o estabelecimento de redes estratégicas e identificação de oportunidades de negócios com líderes e tomadores de decisão do setor público.

## **Especial para Universitários**

O Congresso sobre Gestão Pública é uma oportunidade imperdível para universitários interessados em administração pública. Este evento se dedica a desvendar as complexidades e desafios da gestão de recursos humanos e financeiros em governos. Será um fórum enriquecedor para estudantes que buscam compreender as práticas inovadoras e estratégias eficazes aplicadas no setor público. Além disso, oferece uma chance única de networking e aprendizado sobre como otimizar a gestão fiscal e administrativa, habilidades essenciais para futuros profissionais do setor público.

## **Para o Setor Financeiro**

O objetivo específico do Congresso sobre Gestão Pública, focado na área de finanças, é explorar e disseminar estratégias inovadoras para aprimorar a gestão fiscal nos entes governamentais. Este objetivo visa capacitar profissionais e líderes em finanças públicas sobre as últimas tendências e melhores práticas em orçamentação, controle fiscal e otimização de recursos. O congresso proporcionará um ambiente de aprendizado e troca de experiências, buscando soluções eficientes para desafios financeiros, melhorando assim a sustentabilidade e eficiência fiscal dos Estados e Municípios.

# Por Que Participar? Justificativa para a Atualização em Gestão Pública

## Orgãos Públicos

A contratação de vagas por órgãos públicos para seus colaboradores no Congresso sobre Gestão Pública é justificada pela necessidade de atualização e capacitação contínua em face dos desafios atuais na administração pública. O congresso abordará tópicos cruciais como inovações na gestão de recursos humanos e financeiros, inteligência artificial na administração pública e a gestão fiscal modernizada. Participar deste evento proporcionará aos servidores públicos conhecimentos essenciais para uma administração mais eficiente e eficaz, alinhada com as demandas contemporâneas e futuras da gestão pública. Além disso, a participação no congresso facilita o networking com especialistas e líderes no campo, o que pode ser valioso para a implementação de políticas e estratégias inovadoras em suas respectivas instituições.

## Justificativa/Chamada para Quem Participou da Primeira Edição

VOCÊ QUE PARTICIPOU DA PRIMEIRA EDIÇÃO do Congresso sobre Gestão Pública, esta é uma oportunidade imperdível para aprofundar e atualizar seus conhecimentos. Cada edição do congresso traz novidades, abordando as mais recentes tendências e inovações no setor. Sua presença novamente permitirá não só o acompanhamento das evoluções na gestão pública, mas também a ampliação de sua rede de contatos profissionais e a troca de experiências enriquecedoras com especialistas e líderes na área. Participe para estar na vanguarda das práticas administrativas contemporâneas.

## Empresas Privadas

A participação de entidades empresariais no Congresso sobre Gestão Pública é fundamental para compreender as tendências e inovações na administração pública. Essa compreensão é vital para empresas que mantêm ou pretendem estabelecer parcerias com o governo. O evento proporcionará insights sobre as práticas administrativas atuais e futuras, facilitando interações mais eficientes e estratégicas com o setor público. Este congresso também serve como um importante fórum de networking, oferecendo oportunidades para estabelecer contatos valiosos e compreender as necessidades e processos do setor público, o

Informações

## Inscriva-se. Vagas Limitadas!

### PÚBLICO-ALVO 2024

Organizações não governamentais que atuam em colaboração com o Estado para o aperfeiçoamento da gestão pública; Partidos políticos; Governadores de Estado; Prefeitos; Secretários Estaduais e Municipais; Deputados Estaduais e Distritais; Vereadores; Procuradores de Estado ou de Município; Gestores e integrantes das carreiras do ciclo de gestão; Servidores da Assembleia Legislativa e Câmara Municipal.

### DATAS E HORÁRIOS DAS ATIVIDADES

09/05/2024: Credenciamento: 8h; Intervalo para almoço: 12h30 - 14h; Finalização: 18h | 10/05/2024: Credenciamento: 8h30; Intervalo para almoço: 12h - 14h; Encerramento: 18h

### LOCAL DE REALIZAÇÃO

Hotel Royal Tulip, SHTN Trecho 1 Conjunto 1B Bloco C - Asa Norte, Brasília - DF, 70800-200.

### FORMA DE INSCRIÇÃO ON-LINE em [WWW.ABFP.COM.BR](http://WWW.ABFP.COM.BR)

DISPONÍVEL ATÉ 07/05/2023

Valor da Inscrição presencial: R\$ 2.970,00

Formas de pagamento: PIX, Transferência Bancária, Nota de Empenho

Inclui: Coffee-Break; Acesso a todas as áreas do Congresso

Certificado com 16 horas/aula; Acesso a plataforma para download das apresentações e certificado.

Valor da Inscrição telepresencial (ao vivo): R\$ 1.875,00

Formas de pagamento: PIX, Transferência Bancária, Nota de Empenho

Inclui: Acesso plataforma web ao vivo; Certificado com 16 horas/aula; Acesso a plataforma para download das apresentações e certificado.

**Para utilizar esta opção informe o código desconto especial: CNGPAOVIVO**

### CONTATO

Mensagem/ WhatsApp: (61) 98174-0035

E-mail: [eventos@abfp.com.br](mailto:eventos@abfp.com.br)



ABFP

# Comissão Científica



Min. Douglas Alencar Rodrigues - Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP), Mestre em Direito das Relações Sociais(PUC/SP), pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília (UnB). Aprovado em concurso público para ingresso na carreira da magistratura do trabalho realizado pelo TRT da 75ª Região, em 7990. Foi Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 70ª Região (AMATRA X), Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA) e Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário IESB.



Dr. Rafael Rodrigues Pessoa M. Camara - Advogado e Consultor Legislativo do Senado Federal, com atuação na área de Direito Constitucional, Administrativo e Processo Legislativo. Ex-Procurador Federal, foi Procurador-Chefe na Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso e Coordenador do Núcleo Administrativo, com atuação em Direito Regulatório, Licitações e Contratos Públicos, Direito Ambiental, Execução Fiscal e Matérias Relacionadas a Servidores Públicos. Foi assessor de Subprocurador da República, com atuação no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal. Graduado e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília, é professor de Direito Administrativo.



Dr. João Trindade Cavalcante Filho - Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP), é mestre em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Além de advogado, é Consultor Legislativo do Senado Federal, com atuação na área de Direito Constitucional, Administrativo e Processo Legislativo. É professor de Direito Constitucional dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Autor de diversas obras, dentre elas "Processo Legislativo Constitucional" (Editora JusPodivm, 4ª edição, 2020), "Servidor Público" (em coautoria, 7ª edição, Editora JusPodivm), "Manual Didático de Direito Constitucional", em coautoria com Gilmar Ferreira Mendes (Editora Saraiva, 8ª edição, 2021) e "Comentários à Reforma da Lei de Improbidade Administrativa" (em coautoria, Editora Alumnus, 2022). Tem larga experiência em assuntos atinentes a Processo Legislativo, Reforma Administrativa, Legística e Direito Constitucional, especialmente ação de controle concentrado de constitucionalidade. É o representante do Brasil para o período 2018-2023 no Grupo de Formulação de Regras Comuns de Legística para os Países e Regiões Lusófonas, da Universidade de Lisboa.



Online:  
[eventos@abfp.com.br](mailto:eventos@abfp.com.br)  
[www.abfp.com.br](http://www.abfp.com.br)

Telefone/Mensagem  
Fixo: 61 3521-5344  
Móvel: 41 98815-3579

Endereço:  
Academia Brasileira  
Brasília/DF